

CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

CICLO VI DE PSICANÁLISE

(TERÇAS FEIRAS ÀS 19H30)



O ANALISTA É AQUELE QUE (Sobre)vive

Gabriela Birger

SÃO PAULO

OUTUBRO DE 2022

“Pois a psicanálise não é uma investigação científica imparcial, mas uma medida terapêutica. Sua essência não é provar nada, mas simplesmente alterar alguma coisa”.

(FREUD, Sigmund.)

“Ser psicanalista: um ofício meio doido”

(FIGUEIREDO, Luís Cláudio).

E, finalmente, me aproximo da conclusão da primeira parte de minha formação permanente de psicanálise. É curioso, pois, pela primeira vez nesses três anos, não me vejo especialmente interessada em me debruçar sobre algum grande tema teórico da psicanálise, para tanto me valendo – e assim, assegurando-me da correção – de uma vasta bibliografia e reproduções, ao feitio acadêmico, de outros psicanalistas.

Diversos são os questionamentos (e estranhamentos) que acompanham esse movimento: seria tal um sinal de fadiga, desinteresse ou afrouxamento de meu interesse pela psicanálise? Ou – ainda pior – um indício de estiramento de meu tão desejado desejo de ser analista?

Pois nesse ensaio, de cunho muito mais autoral do que os até então bastante entregues, proponho-me a refletir sobre essas e outras tantas indagações que me angustiam, doravante em primeira pessoa, como psicanalista no início de sua clínica, e já não (apenas) como estudante.

É que, olhando em retrospecto, percebo, hoje, o quanto sempre me foi cômodo estar na posição de eterna estudante, para tanto refugiando-me nos dizeres de outros. De certa forma, para além do esforço e dedicação, pouco (ou menos) de

criação e implicação é exigido do estudante, a começar pelo estilo neutro, pretensamente imparcial, e em terceira pessoa, que é comumente utilizado no meio acadêmico.

Não que isso tenha sido um problema até então. Com efeito, tal estilo desimplicado, etéreo – que a todos e a si observa com certa distância – sempre me serviu muito bem como uma espécie de anteparo, seja na escola, na faculdade de direito e de filosofia, e, mais tarde, na qualidade de operadora jurídica em escritórios de advocacia. Pouco, ou menos de mim, era demandado. O que quero dizer com isso é que é razoavelmente mais fácil escorar-se em citações acadêmicas do que escrever algo de próprio punho.

Bem, ao menos assim o fora até começar minha jornada na psicanálise, e perceber o significado de advertências prévias dadas por meus analistas, no sentido de que para genuinamente *entender* a psicanálise, há que *senti-la* e *experiencia-la*; de nada – ou pouco serve – deglutir inúmeros manuais teóricos se não houver estomago psíquico para digeri-los. Daí que, nessa tônica, a psicanálise se impõe na contramão da lógica capitalista neoliberal de glorificação do excesso (de consumo, imediatez, e compulsão etc.).

Não que saiba-lo tenha me impedido de tentar, em vão (digo de antemão), “acelerar” meu percurso devorando livros, artigos, cursos, supervisões, aulas on-line, podcasts, e quaisquer outros meios da, hoje, mais disseminada (pelo que agradeço!) transmissão de psicanálise.

O resultado, porém, foi uma espécie de curto-circuito e raiva dessa ocupação em que tanto investia, mas que pouco – “*ainda*”, como pontua sempre que pode minha analista – retornava. Foram (e são!), muitos os momentos em que me questionei até que ponto meu desejo de ser analista prosperaria diante de tantas

adversidades, frustrações (poucos pacientes, valores baixos, remarcações, atrasos, faltas, pacientes que desaparecem, não pagam etc.), e, principalmente, tempo de espera.

“Tempo e paciência”: são esses os “conselhos” que mais tenho ouvido dos analistas que estão há mais tempo nessa jornada. Nada de estranho nisso, afinal, os processos psíquicos demandam tempo, seja para ultimarem experiências de colapso, seja para, a partir delas, rumar à recomposição integradora.

Certo é que, quanto mais sorvia, compulsivamente, todo aquele conteúdo e teorias das mais diversas, mais confusa, hesitante e *falsa* me sentia: a analista que quer agradar a todos – de fato, como dizia uma analista querida, na prática clínica, nossas *neuras* afloram e são *sentidas na pele*.

Senti-me, então, encenando em sessões de análise – sem plateia ou ensaio prévio, porém - um *falso self* idealizado de analista, que inclusive se descolava de minha experiência como analisante, mas que, por outro lado, me aproximava da figura desimplicada e cômoda da estudante fiel que tudo reproduz, *plagia*. “O que outro analista mais experiente faria? Qual a intervenção ideal nesse momento? Será que estou escutando bem as entrelinhas etc.”? Todas essas são indagações que, sem perceber, me afastavam da cena e me ausentavam do *setting* analítico.

Até que ouvi de uma colega algo simples, mas revolucionador para mim, enquanto escutava atenciosa e verdadeiramente minhas lamúrias sobre a clínica, as quais eu deixava transbordar pelos cantos de modo absolutamente incontinente. Disse essa colega: “sabe, Gabriela, acho que você deve investir na clínica o quanto consegue”.

Desde então, tenho repensado meus limites na clínica e buscado compreender seus movimentos como um espelho dos meus próprios processos

psíquicos, por vezes, claudicantes. Nesse sentido, “lidar com meus limites” passa por reconhecer o que faz sentido verdadeiramente (ou não) na *minha* prática, dentro da vastidão de linhas teóricas e recomendações das mais diversas de manejo, na esperança de, assim, encontrar a autenticidade de meu estilo clínico.

Com efeito, ao decidir pela transição do direito para a psicanálise – provavelmente movida por aquela fantasia louca e onipotente de reparação mencionada por Luís Cláudio Figueiredo –, imaginei ingenuamente poder nela realizar o meu máximo potencial: o amor incondicional por essa ocupação à qual me dedico já há alguns anos e que, sonhava, propiciar-me-ia a mais plena realização, como se semelhante plenitude pudesse ser experienciada pelo sujeito barrado pela falta inaugural e incontornável.

Hoje, porém, venho trabalhando em análise pessoal, de um lado, o quanto esse ideal de analista – como tantos outros – serviram de sustentáculo a um frágil edifício egóico que buscou nas demandas de reconhecimento paterna e materna (doravante pela sofisticação e epítome da intelectualidade) o direito de ser, e, de outro, a impossibilidade de obtenção de uma satisfação plena com qualquer trabalho que o seja, na medida em que sempre restará (faltará) algo.

E quiçá a própria clínica tenha por alicerce o reconhecimento dessa falta fundamental– objeto perdido por definição irrecuperável que tentamos incansavelmente resgatar – e pôr em palavras o indizível da dor do desamparo e da angústia de separação.

Despir-me desses ideais rígidos – meu superego analítico – e de minha demanda por reconhecimento inclusive na prática clínica, a qual, na contramão, como li algures, concerne à arte de se fazer desnecessário, requer muita análise pessoal, prática clínica, supervisão e teoria (o melhor antiderrapante que há!), e, não

menos importante, liberdade de transitar entre tantos papéis (analista, analisante, supervisanda, estudante) e saber usufruir de cada um deles.

De fato – ao que pouco corrobora ao despreendimento dessa reprodução com arres robóticos do ideal de analista – a própria transmissão da psicanálise é por vezes realizada de modo autoritário e bastante ortodoxo, como que instigando a reprodução de uma cartilha dogmática. Ao assim fazê-lo, quer me parecer, esquecemo-nos de que a psicanálise não é uma ciência exata, e que é produto do encontro criativo e contingente (e, portanto, espontâneo), da dupla analista-analisando.

Daí que, por mais que ensaiemos, estudemos e nos preparemos em supervisão para sessões “difíceis” – todas essas, medidas *a priori* ou *a posteriori* que entendo indispensáveis à formação permanente – na hora do encontro estamos a sós com o analisando, e o que ali acontece, é, em certa medida, imprevisível e único.

Assim, e sem olvidar-se da importância dos referenciais teóricos, mas estimulados a enfrentar o inesperado e fortuito da clínica, propõem Jô Gordar e Nelson Ernesto Coelho Junior: “*Talvez sejamos mais fiéis à experiência analítica justamente quando renunciamos a nossos referenciais teóricos e clínicos e nos deslocalizamos, para usar o termo feliz de Ana Accioly (2010).* Ou quando aceitamos nos colocar no lugar do embaraço, para usar a expressão de Fernanda Canavêz (Canavêz, & Gondar, 2020). De fato, a clínica possui um caráter contingente e contextual que não pode ser previsto pela teoria. Isso não implica que devamos descartar de vez nossos conceitos; o que podemos fazer é colocá-los em suspensão e, se quisermos realmente avançar, aceitar nosso embaraço. Na filosofia, isso implica trabalhar com aporias; a aporia remete ao paradoxo, à dúvida, ao movimento de autocontradição que impede a determinação do sentido de um texto. Trabalhar

com aporias ou aceitar o lugar do embaraço nos conduce a suportar o indecidível nos textos e nas situações, nas crenças e nas práticas”.

Nesse diapasão, mimetizando a própria lógica dos processos psíquicos e do desenvolvimento maturacional, o que acontece nas sessões de psicanálise não se apaga, mas se sobrepõe, em camadas. Como o título dado a esse trabalho, rasuras são feitas – marcas são deixadas no aparelho psíquico – entre uma sessão e outra, no desenrolar vivo que é a clínica.

E, sob essa perspectiva, é nesse devir, continuidade do vir a ser ao longo do tempo garantida pela presença sensível e continente do analista – a quem é confiada a intimidade e veracidade do analisando, no silêncio compartilhado, e que sobrevive, sem retaliações, às angústias, agressividade, atrasos e faltas – que o elo de confiança se perfaz.

Através, e a partir desse vínculo – a chamada transferência – é possível ampliar o repertório daquele que se aventura em um processo analítico, ou “*simplesmente alterar alguma coisa*”, como lembra Freud, em uma passagem da discussão clínica do caso “Pequeno Hans” (1909).

E que “coisa” seria essa? Ora, se autoconhecimento, ou tornar consciente o inconsciente não bastam – a psicanálise não se restringe a um trabalho estritamente cognitivo, e, de outra ponta, a linguagem não dá conta de tudo, logo, há algo do inconsciente e de nós mesmos que sempre escapará – é certo, no entanto, que a psicanálise, ao menos da maneira como eu a vejo, tem um *efeito terapêutico* e, consequentemente, propicia o reequilíbrio da dinâmica pulsional e o fortalecimento egóico diante da experiência inevitável de sofrimento, possibilitando, em última análise, tornar os trajetos psíquicos mais vivíveis.

É como aduz com brilhantismo Luís Cláudio Figueiredo: “A ‘cura’, e não a

salvação, será o produto dessas operações de trabalho psíquico consciente e inconsciente e poderia ser concebida muito singelamente como a elaboração permanente e continuada – ainda que sujeita a algumas interrupções – de nossas experiências emocionais, em particular, as mais perturbadoras, na forma de agonias e angústias. Desses trabalhos psíquicos esperamos a expansão da nossa capacidade de lidar com os afetos, as ideias e a ampliação de nossa competência para tolerar adversidades e incertezas. Vale dizer, concebemos a ‘cura’ na forma de nos tornarmos mais humanos e mais reconciliados com nossa humana condição, finita e imperfeita”.

E, da forma como entendo, semelhante pretensão de “cura” é viabilizada sobretudo pela qualidade do vínculo estabelecido entre analista e analisando, cabendo àquele a sedimentação de um *setting* suficientemente sensível e adaptável às necessidades regressivas do paciente, de molde a propulsionar a construção de sentido e simbolização referidas no excerto acima.

Um analista suficientemente bom, responsável por esse percurso, é aquele capaz de suportar o desconforto inerente ao exercício da atualização de posições edípicas transferenciais, mantendo hígidas, nesse desafiador ofício, a curiosidade e a ética do cuidado no contato com o desconhecido que é a subjetividade de outrem.

Tal ética de cuidado, indispensável a todo aquele que se dispõe a lidar com a mente de outrem, requer a absorção, quando necessário, das agonias impensáveis vorazmente despejadas em sessão, e a devolução, no momento apropriado, daquilo que é do sujeito para sua integração egóica. Em outras palavras, o manuseio criativo e sensível das funções de implicação e reserva, sem perder de vista a confiança nas habilidades do analisando e no seu direito inalienável de escolher e viver suas experiências.

Sobre o exercício de reserva, articulado à escolha por esse louco ofício, não posso deixar de referir-me, novamente, a uma passagem do artigo amiúde citado de Luís Cláudio Figueiredo, com o qual muito me identifiquei: “*O que sugiro, é que viemos a ser o que somos parcialmente reprimindo e parcialmente elaborando uma fantasia louca e onipotente de reparação, e mantendo-a como uma reserva psíquica, não apenas porque a ela precisamos recorrer em determinadas circunstâncias clínicas, mas porque dela continuamos a extrair uma porção de esperança todos os dias de nossa existência, principalmente os chuvosos*”. (FIGUEIREDO, Luís Claudio).

Noutro giro, desafiar o desconhecido – uma análise, como pontua Pontalis¹ é “*um encontro estranho entre dois desconhecidos abertos ao seu próprio desconhecido*” – requer, por parte do analista, a humildade de reconhecer que nunca saberá mais do analisando do que ele próprio – e, nesse sentido, é fundamental trabalhar a aceitação da angústia de não sabe-lo – o desejo de instaurar e sustentar a condução da análise, o espaço psíquico para escuta, (para tanto, cuidando de sua própria higiene psíquica e rede de cuidados própria), e tolerância à sua própria falta, o que passa, particularmente, pela experiência de um longo e implicado percurso de análise pessoal.

Falta essa que se manifesta não apenas nas situações mais comezinhas da clínica (como ausências, sessões silenciosas, desentendimentos etc.), mas na própria essência da castração, do real que escapa à linguagem, e, sob ambas as perspectivas, na barragem à nossa onipotência reparadora/salvadora. Há algo da dimensão do Outro que sempre remanescerá desconhecida e esburacada.

Por fim, voltamos ao título auferido a esse auspicioso ensaio – o analista é

¹ Pontalis, J-B. (1997). *Ce temps qui ne passe pas*. Paris: Gallimard, p. 56.

aquele que sobrevive? Mais do que suportar, espero poder encontrar nesse “ofício meio doido” a possibilidade de viver e exercer a minha autenticidade no eterno vir a ser da vida, encontrando-me na analista que quero, desde que essa seja também a analista que posso ser, se não for pedir muito, menos faltante. Espero, ademais, não fraquejar e ter a coragem suficiente para ser protagonista, e não mera telespectadora, de minha clínica, em seu aqui e agora.

REFERÊNCIAS.

FREUD, Sigmund. *ANÁLISE DE UMA FOBIA EM UM MENINO DE CINCO ANOS* (1909), Discussão.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. “*Ser Psicanalista: Um Ofício meio doido*”. *Estudos de Psicanálise* | Belo Horizonte-MG | n. 52 | p. 173–180 | dezembro/2019

FIGUEIREDO, Luís Claudio. “*A metapsicologia do Cuidado*”. *Psychê — Ano XI— nº 21* — São Paulo — jul-dez/2007 — p. 13-30.

GONDAR, Jô e JUNIOR, Nelson Ernesto Coelho. *Psicanálise e normatividade. Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 53.1, p. 202-220, 2021